



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ACTA

Aos seis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e oito, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu na Biblioteca Municipal António Botto, nos termos do decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, com as alterações produzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, o Conselho Municipal de Educação, tendo comparecido os membros constantes da lista de presenças que será anexa a esta acta (anexo um).

A Sr.^a Vereadora da Educação, na qualidade de Presidente, declarou aberta a reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação da Acta da Reunião Anterior;
3. Marcação das datas para a realização das reuniões do C.M.E. do ano lectivo 2008/2009;
4. Absentismo e Abandono Escolar - ponto da situação;
5. Transferências de competências para os municípios – ponto da situação;
6. Outros assuntos.

A Presidente da reunião começou então pelo ponto **2 - Aprovação da Acta da Reunião Anterior**, de 10 de Julho, a qual foi aprovada com a abstenção da representante do Centro de Emprego de Abrantes, da representante do Centro de Saúde de Abrantes e dos representantes das Associações de Pais, por não terem estado presente na reunião anterior.

Deu-se, então, início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos:

1. Informações

Neste ponto, a Vereadora da Educação começou por informar que o ano lectivo começou sem grandes sobressaltos, apesar da necessidade de deslocação de algumas escolas por motivo de obras. A única que teve algumas dificuldades no arranque foi a Escola E.B.1 de Pego.

Informou ainda que hoje iniciam o trabalho as turmas PIEF em Abrantes, cuja criação no nosso concelho foi uma das nossas lutas. Serão duas turmas de certificação de 6º ano e uma turma de certificação de 9º ano. Adianta ainda que este ano a coordenação deste projecto, do Médio Tejo, vai ser em Abrantes, no Edifício Carneiro.

Para além disso refere também que já está marcada uma reunião com o Serviço de Informática da Câmara Municipal e com o Coordenador do Projecto Mocho XXI, para

abordar este projecto para este ano, bem como para abordar a sua articulação com a entrada do computador *Magalhães* nas escolas.

Informa ainda os presidentes dos conselhos executivos de que este ano vamos ter imensa dificuldade em satisfazer todos os pedidos de autocarros municipais, pois dos três autocarros que o município dispõe, dois estão a fazer transportes diários, nomeadamente o Miniautocarro que faz Bicas – S. Miguel do Rio Torto e um autocarro de 51 lugares da E.B.1 de Chainça para a Escola Prática de Cavalaria. Relativamente a esta escola, ao contrário do que foi solicitado junto dos pais, para que fossem levar os filhos ao quartel, isso não acontece e não houve grande compreensão dos pais por esta situação. Para além disso, dos custos que este transporte tem, há também o facto da lei dos transportes implicar o acompanhamento das crianças, o que está a ser difícil, tendo em conta a escassez de pessoal auxiliar nas escolas.

Este ano a Divisão de Cultura vai implementar os Serviços Educativos do Município, o qual vai ter ao dispor das escolas e jardins-de-infância do concelho um leque de actividades no Museu, Galeria e Biblioteca Municipal.

Também em Abrantes vai ter lugar um Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta, que neste momento está praticamente pronto a começar, sendo que o Gabinete de Coordenação vai ser no Edifício Carneiro e o Centro de Documentação na Biblioteca Municipal.

A Vereadora da Educação, Isilda Jana, falou ainda do Centro de Formação de Escolas da A23 e pediu à professora Fernanda Quental, representante das escolas na plataforma do Médio Tejo, que apresentasse este centro. Esta referiu que o mesmo tem sede na Escola Secundária Dr.^a Maria Lamas, em Torres Novas e que está neste momento a decorrer o concurso para director. A formação dos professores será itinerante e feita nas escolas.

Relativamente às actividades a realizar pelo município, ao longo do ano e dirigidas às escolas, a Vereadora da Educação enunciou as seguintes:

- a) Continuação do concurso concelhio de leitura “Abrantes a Ler”, organizado pela Biblioteca Municipal e que vai ter o final no Dia Internacional do Livro;
- b) Desfile da Flor, que será dia 24 de Abril;
- c) Jogos de Abrantes e Jogos da Pequenada, que tal como foi recomendado no último CME, vão ser organizados de maneira diferente;
- d) Programa “A Escola vai ao Teatro”;
- e) Animação da Biblioteca Municipal”;
- f) Pirâmide Mágica (pré-escolar);
- g) Projecto “Serviços Educativos do Município”, que tem que ver com o Castelo, a Galeria e a Biblioteca, que vão preparar um pacote de actividades destinadas às escolas em que as crianças/professores podem escolher.

No que diz respeito às Actividades de Enriquecimento Curricular para o 1º Ciclo, estas actividades estão com alguma dificuldade no arranque, porque efectivamente aquilo que temos este ano é aquilo que tínhamos o ano passado, pois não há professores suficientes para funcionar deste modo. A flexibilidade de horário é fundamental para conseguir horários com maior número de horas e só isso permitirá fixar professores e manter qualidade. O que se tem verificado é que os Agrupamentos não aceitam a flexibilidade e as coisas deste modo não poderão correr bem. Até o apoio ao estudo foi difícil de flexibilizar porque na generalidade todos queriam ter à primeira hora. Com este panorama para as AEC's são necessários 22 professores de música, 22 de Inglês e 23 de Educação Física, mas só lhes podemos oferecer, a cada um, no máximo, 9 horas semanais e muitos tem horários de 4 e 5 horas. Deste modo, este ano, vamos andar com os mesmos problemas do ano anterior.

Ainda em relação a esta questão, a Vereadora da Educação solicita aos agrupamentos que dêem aos professores das AEC's as listas com o nome dos alunos que frequentam as actividades, pois isso ainda não foi feito.

O representante do ensino secundário, João Pedro Céu, solicita a palavra para falar do PIEF e diz que já discutiram aqui o problema e que chegaram à conclusão que este concelho necessitava de uma medida educativa. Este é um problema e temos que ter a consciência de que é preciso muita orientação e acompanhamento por parte dos colegas deste projecto, pois eles são completamente novos e não conhecem a realidade do trabalho com estes alunos. Por outro lado, o PIEF não se pode encerrar em alunos, aulas, salas. Deve haver a hipótese de uma medida de acompanhamento para lá do período lectivo, como um projecto desportivo ou uma actividade social e cultural, que retirasse estes jovens o mais possível do ambiente familiar e das companhias. O representante do ensino secundário apresenta-se ainda disponível para contribuir para encontrar um plano ocupacional para estes jovens e conseguir que eles estejam o menos tempo possível integrados no seu meio social.

Para além disso, refere ainda que há que ter em atenção quando se fala destes jovens no que diz respeito ao Plano Tecnológico. Devem ser criadas condições para que estes jovens também possam ter acesso aos computadores portáteis, garantindo assim uma igualdade de oportunidade para todos.

Relativamente a esta questão, a Vereadora da Educação, Isilda Jana, refere que essa intenção faz todo o sentido e que estamos em condições para trabalhar de acordo com essa orientação, uma vez que a coordenadora é de Abrantes, logo será mais fácil atender a essa situação. Para além disso, a integração da Associação CresCer neste projecto também está neste contexto, uma vez que é uma associação que desenvolve um trabalho com jovens.

Após estas informações, a Presidente da reunião questionou os presentes se tinham mais alguma informação a dar e como não houve passou-se, ao ponto seguinte da ordem de trabalhos:

3. Marcação das datas para a realização das reuniões do C.M.E. do ano lectivo 2008/2009

A Presidente da reunião, Isilda Jana, começou por questionar os presentes se haveria problema na alteração da hora da reunião do CME, uma vez que até aqui o problema do horário residia nos representantes dos pais, que não podiam antes das 17:30, mas como os

novos representantes não mostraram essa necessidade, a reunião foi alterada para as 14:30 horas.

Seguiu-se então a calendarização das reuniões, ficando as mesmas marcadas para as seguintes datas:

- * 16 de Dezembro (terça-feira)
- * 26 de Março (quinta-feira)
- * 30 de Julho (quinta-feira)
- * 29 de Setembro (terça-feira)

Passou-se então ao quarto ponto da ordem de trabalhos:

4. Absentismo e Abandono Escolar - ponto da situação

Relativamente a este ponto, a presidente refere que esta questão vem já do ano lectivo anterior e que consistiu na apresentação de um trabalho nesse âmbito, que estava a ser realizado por tuas técnicas da C.P.C.J. e que se designa por “Projecto de Intervenção em Contexto Escolar”. Este estudo iniciou-se com o diagnóstico da situação, baseado apenas nos processos que existem na C.P.C.J., mas que pretendem agora estender a todas as escolas do concelho. Para tal pediu-se à Escola Superior de Tecnologia de Abrantes que ajudasse na elaboração de inquéritos e tratamento de dados, pelo que a presidente passou a palavra ao representante da ESTA, Miguel Pinto dos Santos. Este refere que foi feito um protótipo de um inquérito, o qual vai ser aplicado a uma turma de cada agrupamento de escolas, para se limarem arestas. Por outro lado, está previsto fazer entrevistas abertas com os docentes para ouvir o que os mesmos têm para dizer, pois assim proporcionam-se mais questões a avaliar.

Diz ainda que uma das razões pela qual a sua escola tem todo o interesse em participar neste projecto é porque esta é uma questão importante e fundamental em todo o país. A Escola Superior de Tecnologia de Abrantes tem inclusive alguns projectos/actividades em que podem interagir os alunos do PIEF.

Refere também que neste momento estamos a assistir no nosso país a uma tentativa de mudança do modelo económico, que está a deixar cair as empresas tradicionais e a apostar nas empresas tecnologicamente mais avançadas. Está-se também a permitir que se reformem as pessoas com mais de 45/50 anos ou se requalifiquem, através das Novas Oportunidades. Então se nós não conseguirmos, ao nível das nossas escolas, qualificar as pessoas, nada vai ser feito. Este estudo/inquérito é um primeiro passo no sentido de tentar perceber o que se passa com o abandono e absentismo escolar. Cada caso é um caso e este é o primeiro passo para perceber o que se passa em Abrantes para depois se conseguir perceber o que se passa no país. Estes inquéritos vão levar algum tempo, pelo que solicita aos colegas dos Agrupamentos e Escolas que colaborem e solicitem à DRELVT - DGIDC as devidas autorizações para a realização dos mesmos.

Passou-se então ao quinto ponto da ordem de trabalhos:

5. Transferências de competências para os municípios – ponto da situação

Relativamente a esta questão a presidente informou que a situação está complicada, porque como sabem existe um decreto-lei que quer fazer algumas transferências, no âmbito

da educação, para os municípios, como os transportes escolares, a acção social escolar, etc. e que são questões pacíficas, mas há três aspectos que podem ser alvo de negociação e que carecem de um contrato de execução entre a Câmara Municipal e o Ministério da Educação e que são o Enriquecimento Curricular, o Pessoal Não Docente e os Equipamentos Escolares do Ensino Básico.

Relativamente à questão do Enriquecimento Curricular, a Câmara Municipal não levanta qualquer questão, é pacífica a transferência.

Neste momento estamos a negociar com o Ministério da Educação os Equipamentos Escolares.

Mas em relação ao Pessoal Não Docente, esta é uma questão extremamente complexa, pois há coisas que não se conseguem explicar. Querem passar para o município 196 funcionários, que é um terço a mais do que os funcionários que o município actualmente tem. Com as restrições que existem em termos de quadro de pessoal, não se sabe como estas pessoas entram para o município. Depois há uma questão muito complexa para nós, que é o facto de que o município contrata, paga, etc., mas depois são os agrupamentos que fazem a gestão dos funcionários. Se hoje em dia o pessoal auxiliar já não chega, quando essa responsabilidade passar para o município será o caos. Isto porque, por exemplo, o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, que actualmente tem 63 funcionários, segundo o rácio só deveria ter 53. O mesmo se passa com o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes, que tem 51 funcionários e que deveriam ter 43. Relativamente aos Agrupamentos Escolares de Tramagal e das Freguesias de Alvega e Concavada, as coisas estão mais equilibradas, sendo que no primeiro caso têm 22 funcionários e deveriam ter 21 e no segundo caso e o único agrupamento de escolas do concelho que tem funcionários a menos, que segundo o rácio deve ter 16 funcionários, mas tem apenas 14.

A portaria que define o rácio diz que entre 48 e 96 alunos são necessárias duas auxiliares, mas relativamente às escolas com menos de 40 alunos nada está definido. A questão é que isto está feito em termos de Centros Escolares, mas a nossa realidade, por enquanto, é outra.

A representante do pré-escolar, Maria João Ferreira, solicita ao representante do Ministério da Educação, Paulo Arsénio, que se pronuncie sobre esta questão, o que o mesmo responde que as normas se aplicam a uma generalidade e não a uma casualidade. Assim, enquanto existam escolas isoladas tem que se encontrar alguma solução, através da congregação de esforços entre todos, para assim se conseguir chegar a bom porto.

Relativamente a este assunto, o representante dos pais, Luís Damas, refere que se a portaria prevê a diminuição do pessoal auxiliar, então se a Câmara Municipal assumir essa passagem, tem de assumir, pelo menos, os que já existem. Não podemos permitir que as nossas escolas percam funcionários.

O representante do ensino secundário, João Pedro Céu, afirma também que daqui a dois anos este rácio está cumprido com as aposentações. Quem diz que o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes tem funcionários a mais, não conhece a realidade actual da própria escola sede. O que é um facto é que efectivamente a secretaria tem esse problema, mas ao nível de auxiliares, daqui a dois anos cumprimos a norma, não se sabendo é com que qualidade e com que segurança.

A Vereadora da Educação, Isilda Jana, diz que esta matéria é complicada, mas que segundo o artigo 5º, n.º 4 do decreto-lei 144/2008 de 28 de Julho, as competências referidas nos números anteriores (gestão do pessoal não docente) podem ser objecto de delegação nos órgãos de direcção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. Ou seja, depois de receber estas competências, a Câmara municipal pode delegar nos agrupamentos. Então, porque é que o Ministério da Educação não passa logo estas competências para os agrupamentos? A verdade é que esta questão está numa fase muito complicada, pois a Câmara está muito renitente em aceitar esta transferência.

Relativamente à transferência dos equipamentos, esta não deve trazer grandes complicações, desde que o Ministério da Educação transfira as verbas que permitam a requalificação de acordo com as novas exigências da legislação, nomeadamente no que respeita à eficiência energética, cobertura, etc.

Por último, a Vereadora da Educação informa que, apesar das dificuldades, se está neste momento a analisar o Contrato de Execução, apresentando já algumas propostas.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pela presidente e respectiva secretária conforme art.º 31, ponto 2 do regimento.

A PRESIDENTE _____

A SECRETÁRIA _____